



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **BARREIRAS ATITUDINAIS: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO ACERCA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Silas Nascimento dos Santos (1); Alaíde Maria Bezerra Cavalcanti (2)

*Universidade Federal de Pernambuco (1); Instituto Federal de Pernambuco (2)*

*E-mails: [silas.santos@belojardim.ifpe.edu.br](mailto:silas.santos@belojardim.ifpe.edu.br); [alaide.cavalcanti@reitoria.ifpe.edu.br](mailto:alaide.cavalcanti@reitoria.ifpe.edu.br)*

**Resumo:** Este artigo traz reflexões acerca das barreiras atitudinais encontradas nas narrativas dos professores do IFPE – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, considerando a universalização do direito a educação das pessoas com deficiência. As barreiras são atitudes discriminatórias que se cristalizam nos discursos e são perpetuadas pelas práticas inconscientes e, muitas vezes, invisíveis que interferem diretamente na educação. Esta, sendo a principal aliada na minimização/erradicação das práticas transgressoras. Nesse sentido, os objetivos são reconhecer e refletir acerca das barreiras atitudinais encontradas nas narrativas dos professores. Apresenta-se, também, a taxonomia das barreiras atitudinais e o processo da educação inclusiva no IFPE. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, com aplicação de questionários junto aos profissionais a respeito das pessoas com deficiência. Concluiu-se que são muitas as barreiras que enraízam as narrativas docentes e que essas, por sua vez, interferem e subestimam o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Barreiras atitudinais, Educação, Pessoa com deficiência.

### **INTRODUÇÃO**

Durante anos, a educação brasileira vem sendo reflexo de diferentes momentos históricos, sofrendo transformações relacionadas à dinâmica sócio-política-econômica nacional e internacional, a exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948 que trouxe a educação como direito universal. No Brasil, apenas com o cenário de transição democrática, a educação passou a ser concebida como direito Constitucional de todos e dever, sobretudo, do Estado.

A universalização da Educação, como princípio democrático para o exercício pleno da cidadania tem sido discutida em todos os aspectos, uma vez que é dever do Estado a sua garantia como direito incondicional, como destaca Carmadelo:

Apesar de a política educacional prever que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, isto não vem acontecendo em sua plenitude. Vivemos num país com milhões de analfabetos, sem contar os que possuem de um a quatro anos de estudo, que, vivendo em uma realidade limitada, sem infra-estrutura



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

cultural, dificilmente desenvolvem autonomia de estudo e capacidade de auto-instrução. Como há décadas, o número de crianças sem escola e a taxa de evasão e de reprovação das crianças matriculadas na primeira série são altíssimos. Na realidade, enfrentamos a marginalização educacional de uma grande parte da população brasileira, mesmo com o amparo legal que diz respeito à educação é direito de todos. Estamos diante de uma contradição: estão previstas, constitucionalmente, chances iguais por intermédio da educação, mas a realidade é que a grande maioria da população está esmagada sob um processo de elitização (CARMADELO, 1994, p.149).

O direito a educação não significa apenas acesso, está relacionado à garantia de permanência com qualidade e igualdade de oportunidades que proporcionem a individualidade de cada sujeito, respeitando as diferenças e reconhecendo sua autonomia.

Na trajetória das políticas educacionais brasileiras, historicamente, as pessoas com deficiência, são representadas, erroneamente pelo “assistencialismo”, que está no princípio das barreiras atitudinais e vem reforçando a marginalização, o estigma social.

Nesse contexto, analisando numa perspectiva histórica, a legislação brasileira sinalizou a função da educação de promover a inclusão referendando documentos internacionais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948; Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino, 1960; Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975; Declaração de Salamanca, 1994; a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Contudo, a educação inclusiva se mostra como um processo em construção que, para alcançar o desenvolvimento pleno e a efetividade, envolve tanto o corpo docente, como os estudantes, gestores e sociedade para uma reformulação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos vigentes, transformando o sistema educacional a fim de garantir as pessoas com deficiência o exercício autônomo de seus direitos e deveres sociais.

Nesse sentido, propomos refletir, neste artigo, a respeito das Barreiras Atitudinais encontradas a partir das narrativas de professores do IFPE - Instituto Federal de Pernambuco, acerca das Pessoas com Deficiência. Além disso, compreender a educação inclusiva no IFPE, bem como a taxonomia das barreiras atitudinais e a manifestação dessas na educação.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, pois, esse tipo de estudo nos proporciona uma visão aproximativa acerca de determinado evento. Ou, ainda, conforme Gil



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

(2008, p. 27) este tipo de pesquisa é realizado especialmente “quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Nesse sentido, além de realizarmos estudos bibliográficos, realizamos, também, aplicação de questionários com dez professores, de componentes e cursos diversos, do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), com o intuito de reconhecer as barreiras atitudinais encontradas nas linhas subjacente das narrativas. Os *campi* participantes foram Belo Jardim e Pesqueira, localizados na região agreste do estado de Pernambuco. A escolha foi estabelecida pelo critério de que, no momento da execução da pesquisa, eram os que tinham estudantes com deficiência.

O IFPE é uma instituição centenária. Atualmente, conta com um total de 16 *campi* distribuídos do litoral ao sertão do estado de Pernambuco, além de uma rede de Educação a Distância, formada por 17 polos. O instituto oferece mais de 50 cursos, nas mais diversas modalidades, desde o ensino médio até a pós-graduação *strictu sensu*. Além disso, o IFPE promove diversas ações e programas para a inclusão social nos mais diversos contextos. Sendo o IFPE um espaço ofertante de uma educação gratuita e que contribui direta e indiretamente para a inclusão de pessoas, contemplaremos os *campi* supraditos para efetivação deste trabalho.

## **AS BARREIRAS ATITUDINAIS**

Durante muito tempo, foi tirado o direito das pessoas com deficiência de viverem, de se comunicarem, de partilhar saberes, de contribuir com a sociedade, de ser cidadã, de ser, sobretudo, pessoa. Chamadas, na antiguidade, de bestiais, excepcionais, doentes, disformes entre outros adjetivos depreciativos, ainda hoje, numa sociedade dita pós-moderna, sofrem com comportamentos rudes e ignorantes.

Não é de hoje que ouvimos e presenciamos atitudes discriminatórias nas mais diversas camadas de nossa sociedade em relação aos comumente chamados de “diferentes”. Essas práticas, mesmo que inconscientes e muitas vezes invisíveis, estigmatizam e deterioram a imagem dos sujeitos. Os principais meios de comunicação, que têm por objetivo nos educar/informar, tornam-se máquinas propulsoras, ditando os estereótipos, os comportamentos pertinentes e o errado em detrimento ao que seria “certo”.

A marginalização relativamente aos deficientes é muito antiga. Vem dos tempos



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

bíblicos, em que os leprosos eram igualmente marginalizados. Do mesmo modo aconteceu durante a Idade Média e assim continuou, como podemos verificar, até esta data. (ADFA, 1995, s/p).

Marginalizar é o mesmo que excluir, e consolida, até os nossos dias atuais, as barreiras atitudinais encontradas pelas pessoas com deficiência durante toda história da humanidade. Fortalecendo a definição das barreiras atitudinais, Lima e Tavares (2012), de maneira sistemática, afirmam que:

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidos ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos. (TAVARES, 2012, p. 104).

É forçoso reconhecer que essas barreiras perpetuem e impregnem as ações excludentes: os comportamentos que limitam, impedem, destratam e os discursos que enaltecem e subvalorizam. As barreiras, em sua essência, são responsáveis pela exclusão do sujeito e a marcação dele perante aos demais, principalmente nos espaços sociais, onde as possibilidades de sentir-se em grupo e inserido são devastadoras, a exemplo, a escola.

As barreiras praticadas, muitas vezes, inconscientes e outras impercebíveis, são categorizadas por estudiosos da inclusão e tem como um dos elementos norteadores conceituar cada “prática” apresentada por atitudes que tendem a diminuir, apontar, repulsar, entre outros, às pessoas com deficiência.

Para tanto, vale ressaltar Tavares (2012) que retoma a Taxonomia das Barreiras Atitudinais já discutida por outros autores, como (LIMA, 2003; GUEDES, 2007) e que conceitua a Barreira Atitudinal de Substantivação como sendo o tratamento dado à pessoa com deficiência como se essa fosse toda deficiente; a Barreira de Adjetivação ou Rotulação que é a forma como a pessoa com deficiência é rotulada/depreciada decorrente de sua deficiência; Barreira Atitudinal de Propagação, que consiste supor pelo fato da pessoa ter uma deficiência, tem ademais; Barreira Atitudinal de Estereótipos, que estabelece a representação social de “positivo” ou “negativo” sobre pessoas com a mesma deficiência.

Ainda à luz das conceituações, Tavares destaca a Barreira Atitudinal de Generalização, que tende homogeneizar pessoas baseando-se numa experiência interacional



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

com um dado indivíduo ou grupo; A de Padronização, que é concretizada pela efetivação de serviços, baseando-se na experiência generalizada com indivíduo ou grupos de pessoas com deficiência; A de Particularização, que segrega as pessoas em função da deficiência e do entendimento de que elas atuam de modo específico ou particular.

Não obstante, a autora evidencia a Barreira Atitudinal de Rejeição, que se configura por meio da recusa irracional de interagir com uma pessoa decorrente da deficiência; a de Negação, que é quando se nega a existência ou limite decorrente de uma deficiência; Barreira Atitudinal de Ignorância, que se caracteriza pelo desconhecimento que se tem de uma determinada deficiência, bem como habilidades e potencialidades; Barreira Atitudinal de Medo – uma das comumente praticadas –, que é o receio em fazer ou dizer “algo errado” diante da pessoa com deficiência.

Há, ainda, a Barreira Atitudinal de Baixa Expectativa ou de Subestimação, que é a emissão de juízo antecipado e de que a pessoa com deficiência é incapaz de fazer algo; de Inferiorização da Deficiência, que se registra por acreditar que as pessoas são incapazes, além de compará-las com outras com e sem deficiência; de Menos Valia que, por acreditar na incapacidade das pessoas com deficiência, avalia com depreciação as potencialidades e ações desenvolvidas por elas.

Tavares realça, ainda, a Barreira Atitudinal de Adoração do Herói, que se nota pela exaltação das pessoas com deficiência, supervalorização ou superestimação de tudo o que elas fazem, porque delas se espera algo de inferior intensidade; Barreira Atitudinal de Exaltação do Modelo, que aponta a comparação da pessoa com e a sem deficiência, usando a primeira como um modelo a ser seguido, em razão da percepção de sua “excepcionalidade” e “superação”; Barreira Atitudinal de Compensação, que se consolida quando se favorece, privilegia e paternaliza a pessoa com deficiência com algum bem ou serviço, por piedade e percepção de déficit.

Barreira Atitudinal de Dó ou Pena, que se elege pela expressão e/ou atitude piedosa que manifesta para com as pessoas com deficiência, restringe-as e mesmo as constrange pelas atitudes que se tem para com elas e, por conseguinte, Barreira Atitudinal de Superproteção, que se assinala pela proteção desproporcional estada na piedade e na percepção da incapacidade do sujeito de fazer algo ou de tomar decisões em função da deficiência.

No Brasil, o decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, acentua a prevenção e a eliminação de todo e qualquer tipo de discriminação, além de propiciar a integração à



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

sociedade. Por conseguinte, é possível compreender que o não cumprimento do decreto é passível de crime. Sendo assim, considerando que as barreiras perpassam a educação, analisamos se e de que maneira essas ‘transgressões’ estão presentes nas narrativas dos docentes do IFPE.

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O IFPE**

A universalização da educação, preconizando o respeito à individualidade, a alteridade dos sujeitos, a fim de reconhecer suas características, habilidades e limitações possibilitando o desenvolvimento de suas capacidades atribuídas ao Estado implicou no redimensionamento não só da legislação voltada à educação. Mas, desencadeou alterações significativas para o ensino brasileiro, a partir de avanços como a compreensão da necessidade de promover a inclusão de todas as pessoas que estavam excluídas do acesso ao ensino público, como as pessoas com deficiência que historicamente foram segregadas do convívio escolar pela chamada educação especial.

Diferentemente do que se defendia na perspectiva de integração, ou mesmo na educação especial, surge à proposta de uma educação inclusiva, que prevê a participação ativa e autônoma das pessoas com deficiência na sociedade, possibilitando o exercício da sua cidadania plena. Conforme Sasaki (1998):

A prática da integração, principalmente nos anos sessenta e setenta, baseou-se no modelo médico da deficiência, segundo o qual tínhamos que modificar (habilitar, reabilitar, educar) a pessoa com deficiência para torná-la apta a satisfazer os padrões aceitos no meio social (familiar, escolar, profissional, recreativo, ambiental). Já a prática da inclusão, incipiente na década de oitenta, porém consolidada nos anos noventa, vem seguindo o modelo social da deficiência, segundo o qual a nossa tarefa é a de modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos etc.) para torná-la capaz de acolher todas as pessoas que, uma vez incluídas nessa sociedade em modificação, poderão ter atendidas as suas necessidades, comuns e especiais. (SASSAKI, 1998, p.8).

Em outras palavras, compreende-se que a Educação inclusiva é aquela baseada no respeito às diferenças, a igualdade de oportunidades e equidade, que venha abolir as barreiras atitudinais e estimule uma sociedade respeitosa e acolhedora.

No Instituto Federal de Pernambuco, que se instituiu a partir da Lei 11.892 de 29/12/2008, a educação inclusiva se constitui num fenômeno complexo e dinâmico, composto



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

por implicações sociais que precisam ser amplamente discutidas, com a finalidade de prevenir e eliminar os efeitos da discriminação, preconceito e exclusão social de pessoas com deficiência dentro da instituição.

Para isso, o IFPE criou em seus *campi* os Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, que surgiram vinculados a uma ação do Programa TECNEP do MEC, cujo objetivo era a promoção da Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. O Programa constitui-se numa ação que desenvolve políticas públicas que criam condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes com deficiência na educação profissionalizante.

O Núcleo tem como missão a sensibilização da comunidade escolar, adaptações curriculares e de métodos de avaliação, para atender estudantes com deficiência que ingressem na instituição, desenvolvendo ações que envolvem servidores, estudantes e familiares, apresentando a educação inclusiva como proposta de mudança de paradigma, na perspectiva social e enxergando a mesma como um processo que contribui para a eliminação das barreiras atitudinais.

Atualmente, instituição tem um trabalho de sensibilização, mas, ainda, é escassa a estrutura adequada (espaço físico, profissionais, tecnologia assistivas), acessibilidade arquitetônica e comunicacional, capacitação dos servidores com vistas ao atendimento às pessoas com deficiência.

## **AS BARREIRAS ATITUDINAIS NO IFPE: O QUE NARRAM OS DOCENTES ACERCA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?**

Narrar é poder externar tudo aquilo que sentimos e o que somos para nós e para o mundo. Dessarte, mediante a Taxonomia das Barreiras Atitudinais em contraste com as narrativas dos docentes do IFPE acerca das pessoas com deficiência, compreenderemos de que forma as barreiras se manifestam na educação. Endossamos que a pesquisa foi realizada nos *campi* Belo Jardim e Pesqueira. Como instrumento de coleta dos dados, utilizamos um questionário semiestruturado com a finalidade de visualizarmos, da melhor forma possível, o que narram os docentes acerca das pessoas com deficiência. Os participantes, de ambos os sexos, possuem acima de três anos de atividades docentes e foram nomeados de P1 a P10.

É notável que os 10 sujeitos, cada qual em sua área, tem determinadas experiências. Contudo, qual a relação desses coautores de projetos de vida quando questionados sobre o que é uma escola inclusiva:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



### Quadro 1 – Concepção dos sujeitos

P1	<i>“Aquele que aceita qualquer estudante independente de sua cultura, classe social, ou deficiência. Aquela que dá oportunidade para todos, promovendo o desenvolvimento e a educação igualmente, respeitando as limitações de cada um”.</i>
P2	<i>“É uma instituição que está preparada, em sua estrutura física e com a equipe capacitada e sensibilizada para receber pessoas com algum tipo de necessidade especial”.</i>
P3	<i>“Que aceite os alunos como indivíduos e faça com que a escola seja um lugar útil a todos”.</i>
P4	<i>“Uma escola que atenda a todo tipo de necessidade, desde que seja possível a participação plena do aluno.”</i>
P5	<i>“É uma escola que se preocupa c/ as pessoas especiais e sua inclusão nas atividades da escola.”</i>
P6	<i>“Aquele que oportuniza a aprendizagem a todas as pessoas dentro de sua diferença.”</i>
P7	<i>“É uma escola onde todos podem estudar, aprender e desenvolver suas possibilidades.”</i>
P8	<i>“É aquela que, atenda às diferentes especificidades dos estudantes, propicia o desenvolvimento integral dos mesmos com oportunidade para todos.”</i>
P9	<i>“Uma escola para todos.”</i>
P10	<i>“É uma escola que compreenda que somos diversos e esta necessita atender o cidadão em sua peculiaridade.”</i>

Fonte: Elaboração dos autores com base nos questionários aplicados.

Sendo a escola um espaço formativo, uma instituição onde o respeito à diversidade e a convivência humana devem ser bem sucedidos. Oferecer ao cidadão o acesso igualitário de acordo com suas habilidades e potencialidades com qualidade são pontos cruciais para uma educação inclusiva como bem frisam os docentes P1, P3, P4 e de P6 a P10 em consonância com Mantoan (2006):

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. E o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2006, p. 36).

Nas concepções de P2 e P5, “sensibilizar a escola para receber pessoas especiais” e “se preocupar com as pessoas especiais e sua inclusão nas atividades da escola” nos remetem a Barreira Atitudinal de Compensação, pois acreditar que a escola deve privilegiar as pessoas “especiais” por sua condição é concretizar a piedade e “estigmatizar” o déficit à pessoa com deficiência. E quanto à concepção sobre a pessoa com deficiência, os sujeitos narraram:

### Quadro 2 – Concepção dos sujeitos



P1	<i>“É aquela que possui uma limitação ou incapacidade para executar certas atividades”.</i>
P2	<i>“É um indivíduo que possui algum tipo de limitação.”</i>
P3	<i>“Uma pessoa que terá dificuldades sempre, sempre, mas que se for bem tratada pode aprender e ajudar como qualquer outra pessoa”.</i>
P4	<i>“Uma pessoa capaz, porém com limitações pontuais.”</i>
P5	<i>“Todas as pessoas são capazes de aprender e conviver em sociedade independente de suas dificuldades ou facilidades para o aprendizado.”</i>
P6	<i>“É alguém que é diferente de mim e que tem seu próprio jeito de ver, ouvir e compreender o mundo.”</i>
P7	<i>“É a pessoa que faz as coisas, inclusive aprender, de uma maneira diferente das outras.”</i>
P8	<i>“Pessoa que apresenta limitações que, até certo ponto, as diferencia das demais.”</i>
P9	<i>“Um pessoa capaz como qualquer outra.”</i>
P10	<i>“Uma pessoa com limitada capacidade de concatenar com o meio e utilizá-lo.”</i>

Fonte: Elaboração dos autores com base nos questionários aplicados.

Dada às narrativas, é notável identificar que alguns sujeitos compreendem a pessoa com deficiência como um indivíduo apoucado. P1, P2, P4, P8 e P10 trazem à tona a Barreira Atitudinal de Ignorância. Cogitar que as pessoas com deficiências são “limitadas” e “incapazes” reforça o desconhecimento que se tem das habilidades e potenciais que uma pessoa com deficiência pode ter. O discurso de P3 conflui com a Barreira Atitudinal de Inferiorização da Deficiência, pois, acreditar que elas podem ser “tratadas” e comparar os seus resultados de ações com outras pessoas, significa reforçar que as pessoas com deficiência são, de fato, incapazes. Quanto às exposições de P5, P7 e P9 são norteadas pelas Barreiras Atitudinais de Estereótipos, visto que há uma representação positiva das pessoas com deficiência como um todo e que elas são “capazes de”.

Quando inquiridos se já haviam lecionado em turmas com estudantes com deficiência e se houve alguma dificuldade durante o processo, os sujeitos que afirmam sim:

### Quadro 3 – Concepção dos sujeitos

P1	<i>“Sim. Física nos membros inferiores.” / “Não.”</i>
P3	<i>“Sim. Surdez.” / “Quando a intérprete se ausenta é necessário se concentrar para falar de maneira que a aluna surda possa fazer leitura labial.”</i>
P4	<i>“Sim. Auditiva.” / “Nenhuma, mediante a colaboração do intérprete.”</i>
P6	<i>“Sim. Surdo, down, cego, físico e intelectual.” / “Algumas vezes de comunicação.”</i>
P7	<i>“Cego.” / “Sim: clareza na comunicação oral. Por exemplo, evitar termos como “este”, “aquele”, etc., enquanto aponta para uma informação. Muitas vezes tive que reformular as frases para o aluno “ver” o que eu estava dizendo.”</i>
P9	<i>“Surdez e PC.” / “Não.”</i>



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Fonte: Elaboração dos autores com base nos questionários aplicados.

Levando em consideração além das afirmações de ter lecionado ou não turmas com estudantes com deficiência e os percalços durante o processo, destacamos as nomenclaturas usadas pelos sujeitos. Vale fitar que as pessoas devem ser chamadas de pessoas com deficiência, pois, conforme Sasaki (2003), o termo não esconde ou camufla a deficiência, defende a igualdade entre as pessoas e valoriza as diferenças. Contudo, as seleções lexicais pelos sujeitos P1, P3, P4, P6, P7 e P9 agregam as Barreiras Atitudinais de Adjetivação ou Rotulação no que concerne a rotular à pessoa em função de sua deficiência.

Em relação à experiência em ter estudantes com deficiência em sala de aula, destacamos as narrativas de P6 e P7:

#### Quadro 4 – Concepção dos sujeitos

P6	<i>“Difícil, porém, muito rica.”</i>
P7	<i>“Excepcional Aprendi muito mais do que ensinei Entendi também que as pessoas aprendem de formas diferentes Sobretudo me espantou a prodigiosa memória do meu aluno cego. ”</i>

Fonte: Elaboração dos autores com base nos questionários aplicados.

As barreiras encontradas nas narrativas de P6 e P7, mostram-se como Barreira Atitudinal de Adoração do Herói, que tende a supervalorizar ou superestimar tudo o que as pessoas com deficiência fazem, porque delas se espera algo de inferior intensidade: “experiência muito rica”. “Me espantou a prodigiosa memória do meu aluno cego”. Nesse caso, os sujeitos supervalorizam as experiências com as pessoas com deficiência.

Quando indagados sobre as barreiras que os estudantes enfrentam no IFPE e se já presenciaram cenas discriminatórias, os sujeitos endossam:

#### Quadro 5 – Concepção dos sujeitos

P2	<i>“Falta de sensibilização da gestão e dos professores.” / “Não.”</i>
P3	<i>“Na minha opinião, talvez tenha um pouco de dificuldades com os amigos, mas aqui, no campus que trabalho, isto não ocorre.” / Não</i>
P6	<i>“Problemas de acessibilidade, preconceito e falta de sensibilidade.” / “Sim, algumas vezes.”</i>
P7	<i>“Falta de preparo do corpo docente. Poucos recursos de infraestrutura (isso inclui a precária acessibilidade aos lugares).” / “Na minha experiência, o estudante foi acolhido com muito interesse por toda turma.”</i>
P8	<i>“As mais relevantes dizem respeito às práticas docentes que negam a necessidade de acolhimento à diversidade.” / “Não, felizmente.”</i>
P9	<i>“Poucas pessoas estão preparadas para atendê-los.” / “Sim.”</i>

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Fonte: Elaboração dos autores com base nos questionários aplicados.

Falta de sensibilização, acessibilidade, preconceito e despreparo dos docentes são, segundo as falas, as limitações encontradas pelos estudantes com deficiência no IFPE. As barreiras, nesse sentido, vão para além das atitudinais. São reflexos das práticas inconscientes, com efeito, por vezes, na crença de que a efetivação da discriminação só ocorre, apenas, quando explicitada. Todavia, ínfimas ações carregam o peso de vitimar aquele que acreditamos, por vezes, dar mais atenção, superproteger ou, a todo tempo, elogiar. É possível minimizá-las? De que maneira podemos erradicá-las e efetivar o conceito de inclusão abarcado por Mittler (2003) quando afirma que: “A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações” (MITTLER, 2003, p. 21).

## CONCLUSÃO

A análise da percepção dos docentes do IFPE acerca das pessoas com deficiência reflete e materializa as barreiras atitudinais. Barreiras essas que, muitas vezes, são abstratas para quem as produz e, ao mesmo tempo, são concretas para quem as sofre. É perceptível que as Barreiras da Compensação, de Ignorância e da Inferiorização se apresentam como fatores de grande interferência para inclusão e que são meros reflexos da história do preconceito e subestimação às pessoas com deficiência.

Diante disso, é preciso desmistificar o preconceito, a discriminação e ultrapassar os estereótipos relacionados à pessoa com deficiência dentro da instituição, eliminando as barreiras atitudinais e substituindo-as por atitudes que permitam a todos o exercício da cidadania plena, partindo do princípio de que existe diversidade entre as pessoas e que essa deve ser respeitada.

Em decorrência disso, verifica-se que o acesso à educação gratuita e de qualidade é o meio de maior eficácia para romper com exclusão em relação às pessoas com deficiência, oportunizando a esses cidadãos igualdade de condições que viabilizem possibilidades de melhorar suas condições de desenvolvimento físico, psíquico, social, econômico e, sobretudo, empoderativo.

Para tanto, a pesquisa trouxe reflexões de que as barreiras que vão além das atitudinais são reflexos de práticas inconscientes, possibilitando a compreensão de que a efetivação da discriminação ocorre, na maioria das vezes, sem ser



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

explicitada e que requisita, do Instituto Federal de Pernambuco, esforços sistemáticos para proporcionar efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, estimulando o exercício da cidadania pautando-se na universalização de direitos.

## REFERÊNCIAS

ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas. (vários autores). **As Barreiras Invisíveis da Integração**. Lisboa, ADFA, 1995

BRASIL, **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Fernando Henrique Cardoso, 2001.

CAMARDELO, Ana Maria. **Estado, educação e Serviço Social**: relações e mediações no cotidiano. Revista Quadrimestral de Serviço Social. São Paulo: Cortez, n. 46, ano 15, dez.1994, p. 138-162.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão**: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998

\_\_\_\_\_. **Vida Independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

TAVARES, Fabiana S.S. **Educação Não Inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

UNESCO, (1994). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2014

UNESCO, **Declaração Mundial de Educação para Todos**. (1990). Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014